

A VIOLÊNCIA COMO FATOR MIGRATÓRIO. SILÊNCIOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS

Carlos B. Vainer *

INTRODUÇÃO

“Migrante é a pessoa que <...> que se deslocou a uma distância mínima especificada pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado” (ONU, 1980, p. 322).

O conceito de *migrante* proposto pela ONU, com o objetivo de unificar e compatibilizar as mensurações feitas em diferentes países, não deixa dúvidas: a migração resulta de um ato de vontade do *migrante*. E as pessoas que **são deslocadas pela força ...?** E aquelas que **querem se deslocar e são impedidas de fazê-lo ...?** E as que, **após terem se deslocado, são constrangidas a refazer o caminho de volta...?**

Não se trata de um mero jogo de palavras; trata-se, isto sim, de buscar levantar o véu sob o qual, para além das contagens e conceituações, se escondem mobilizações territoriais de população diretamente resultantes de atos de força. Trata-se, igualmente, de ousar desafiar o que há por trás da famosa *liberdade de ir e vir*, instaurada como conquista fundamental e um dos mitos de origem da sociedade burguesa.

Em seu *La Mobilisation Générale*, Gaudemar destaca que parte expressiva da realidade das migrações e dos migrantes tem sido escondida numa zona de silêncio teórico e conceitual construída em torno aos deslocamentos e confinamentos compulsórios.

“Os maiores movimentos de populações registrados recentemente ou ainda os mais importantes fenômenos de transformação ‘profissional’ brutal são, sem dúvida, devidos menos ao econômico que ao político e a seus desdobramentos militares: os conflitos entre Estados, as guerras” (Gaudemar, 1979, p. 9)¹.

Como reforço a seu argumento, o autor

estima em cerca de 115 milhões o número de pessoas mobilizadas (deslocadas compulsoriamente) por conflitos bélicos entre 1910 e o final dos anos 50 (Gaudemar, 1979, p. 9).

Se às guerras somarmos todas as outras formas através das quais os estados nacionais intervêm para impor ou impedir deslocamentos e localizações de populações, talvez possamos começar a fazer uma idéia mais clara do fenômeno. Recente relatório do Banco Mundial calcula que as grandes barragens cuja construção se inicia a cada ano em todo o mundo deslocam compulsoriamente nada menos de 4 milhões de pessoas. Grandes projetos urbanos e de vias de transporte, por sua vez, acrescentam anualmente a este contingente mais 6 milhões. Entre 1983 e 1993, segundo o mesmo relatório, entre 80 e 90 milhões de pessoas foram *reassentadas involuntariamente*².

O interesse destes dados é evidente: eles mostram que os deslocamentos forçados, longe de constituírem uma exceção própria a momentos críticos como as guerras, são uma constante. É o próprio Banco Mundial quem, preocupado em rebater as críticas por seu envolvimento em grandes projetos, lembra que os deslocamentos compulsórios são uma realidade constitutiva do próprio processo de desenvolvimento capitalista.

“Reassentamentos involuntários têm sido um companheiro de viagem do desenvolvimento através da história e têm sido indelevelmente inscritos na evolução tanto dos países industriais quanto dos países em desenvolvimento” (World Bank, 1994, p. i).

Conclusão: em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais

numerosas.

Como então explicar o retumbante silêncio a este respeito por parte da literatura teórica e histórica sobre migrações? Esta é uma das perguntas que pretendemos suscitar neste texto, lançando um olhar sobre as principais correntes analíticas que competem no campo dos estudos sobre movimentos migratórios.

Em seguida, de forma mais ilustrativa que demonstrativa, alinhamos elementos que sugerem a importância dos fenômenos associados à ação coercitiva na configuração dos padrões contemporâneos de mobilização e distribuição espaciais de populações. Ao final, sistematizamos algumas indagações ao pensamento neoliberal.

MIGRAÇÃO: O EXERCÍCIO DA ESCOLHA NO TERRITÓRIO DA LIBERDADE³

O que encontraríamos num honesto e convicto discurso liberal acerca da migração e da distribuição espacial da população?

*O indivíduo está situado num espaço regular, homogêneo, uniforme, constituído por uma infinidade de pontos. Cada um desses pontos oferece a nosso indivíduo condições diferenciadas, mais ou menos vantajosas. Realizando sucessivas avaliações, o racional indivíduo poderá comparar as vantagens e desvantagens de todos esses pontos - inclusive as do ponto onde se encontra -, optando por localizar-se naquele onde auferirá o máximo de benefícios - ou onde sofrerá o mínimo de perdas (entenda-se, espera auferir e espera sofrer)*⁴.

Se, ao invés de apenas um indivíduo e um deslocamento individual, forem tomados o conjunto da população e seus fluxos,

as coisas não serão muito diferentes.

Os conjuntos de indivíduos, isto é, os fluxos migratórios se dirigirão ao(s) ponto(s) que oferece(m) uma cesta de vantagens e desvantagens mais favorável. A tendência a que toda a população se concentre em algum(ns) ponto(s) não se realizará porque várias de suas vantagens tendem a diminuir ou anular-se à medida que a migração a ele(s) destinada se intensifica.

Fruto das diferenças entre os pontos, a migração conduziria, então, a sua eliminação. Resultado dos desequilíbrios sócio-econômicos no espaço, a migração atuaria como seu fator corretivo⁵.

Na verdade, como é comum no discurso neoliberal, qualquer intervenção externa (ao mercado) apenas teria por efeito bloquear o livre funcionamento dos mecanismos que conduzem, sempre, automaticamente, ao equilíbrio e ao melhor uso possível dos recursos (entre os quais se inclui a população).

Mas voltemos a nosso indivíduo. Nesse tipo de modelo, ele está colocado diante do espaço como a dona de casa que vai à feira diante das múltiplas barracas. Aquele dispõe de sua capacidade de deslocamento, esta dispõe de uma quantidade de dinheiro; aquele defronta-se com uma infinidade de pontos que oferecem diferentes possibilidades de satisfazer expectativas (necessidades), a dona de casa com uma infinidade de gêneros em condições de atender - também diferenciadamente - desejos e necessidades. Esta optará por compor uma cesta de bens, aquele por uma composição determinada de vantagens/desvantagens que se atualizam num determinado ponto do espaço. A dona de casa considerará não apenas a utilidade dos gêneros, mas também seu custo comparativo; o mesmo fará nosso indivíduo antes de to-

mar sua decisão locacional.

Mutatis mutandis, a mesma lógica locacional da firma. Com efeito, a teoria neoclássica da migração é, em seus fundamentos, a contraface da teoria da localização industrial. De um lado temos as firmas, detentoras de capital, escolhendo o ponto do espaço onde esperam maximizar a remuneração deste capital (lucro); de outro lado temos os indivíduos (trabalhadores, assalariados), detentores de um certo *capital humano*, escolhendo o ponto do espaço onde poderiam maximizar sua remuneração (salário ou salário e outros elementos que podem ser incorporados à remuneração sob o conceito de salário indireto).

Focalize-se, agora, mais uma vez o movimento de conjunto. Ter-se-á que as decisões locacionais das empresas e as decisões locacionais dos indivíduos se condicionam mutuamente. A decisão de uma firma de localizar seu empreendimento em determinado ponto do território interferirá nas decisões locacionais dos indivíduos (e das outras firmas). Analogamente, as decisões de localização dos indivíduos condicionarão as opções das firmas (e, também, de outros indivíduos).

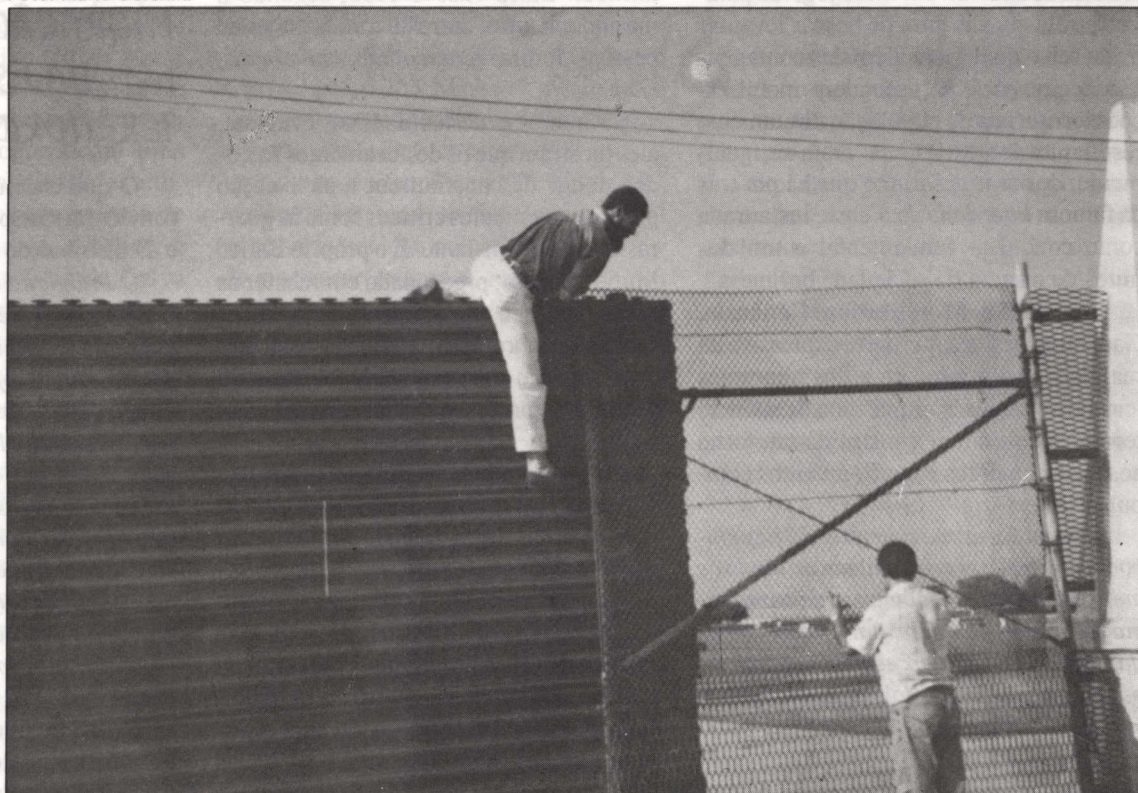
Lado a lado, face a face, supostos igualmente livres e igualmente donos de seus destinos, capitalistas detentores de capital-meios de produção (ou capital-dinheiro) e trabalhadores detentores de *capital humano* tomam decisões e condicionam-se no livre jogo da oferta e procura ... de localizações. Qualquer decisão que vier alterar o equilíbrio será compensada por decisões reequilibradoras. E tudo se passará como no melhor dos espaços...

Para o pensamento liberal, o território aparece como o espaço da liberdade, e a migração como o movimento em que se exercita esta liberdade.

Não espanta que este universo teórico-conceitual esteja totalmente incapacitado para produzir qualquer reflexão consistente acerca de deslocamentos compulsórios. Supondo um mundo de liberdade e igualdade absolutas entre atores econômicos racionais, onde a única regulação é a do livre jogo das forças de mercado, os deslocamentos compulsórios são externos à teoria do capitalismo ... não obstante ser, como reconheça o Banco Mundial, fiel companheiro de viagem de seu desenvolvimento.

Foto: Mario Geremia

Divisa México-EUA



MIGRAÇÃO: A VIVÊNCIA DA COERÇÃO NO TERRITÓRIO DA ESTRUTURA

No território da produção acadêmica sobre migrações comparece, porém, uma outra corrente, que enfatiza as condições em que os indivíduos fazem suas opções locais. Esta abordagem busca lançar luz sobre as relações sociais de produção e propriedade que antecedem e sobre-determinam os processos migratórios.

Em boa parte da literatura produzida neste campo, as migrações vêm associadas ao êxodo rural, processo social global que sustenta e expressa o processo de proletarianização da massa de produtores rurais e conseqüente incorporação ao mercado - quase sempre urbano - de força de trabalho. De outro lado, mas não em oposição ao que antecede, esta corrente costuma destacar a vocação estrutural do capitalismo a um desenvolvimento desigual/desequilibrado no espaço. As diferenças campo-cidade, as desigualdades entre regiões aparecem como fatores determinantes e explicativos dos fluxos de população.

Se a abordagem de inspiração neoclássica tende a privilegiar em suas investigações o exame das motivações que levam as pessoas a migrarem, a abordagem de corte estrutural enfatiza como fatores explicativos as determinações estruturais⁶. Neste caso, as motivações, quando levadas em conta, são tomadas como meras atualizações subjetivadas das determinações estruturais. Os indivíduos ou grupos sociais tendem a ser percebidos como simples atores de um drama cujo cenário e script está inscrito na estrutura, em primeiro lugar, no mercado - particularmente no mercado de trabalho.

Como se compatibilizam, neste universo teórico, a **determinação estrutural** e a **liberdade individual**?

A melhor indicação para responder a esta pergunta provavelmente esteja no entendimento, presente em Marx, da **dupla dimensão da liberdade** sob o capital:

a) numa primeira dimensão (positiva), porque é livre de todo e qualquer tipo de adscrição territorial, o trabalhador **pode circular**;

b) numa segunda dimensão (negativa),

porque não dispõe dos meios para assegurar sua reprodução - isto é, é livre porque despossuído dos meios de subsistência e produção -, o trabalhador **está obrigado a circular** à busca de compradores da única mercadoria de que dispõe, a força de trabalho.

Os limites e objetivos deste artigo não permitem avançar no exame da tensão resultante da dupla dimensão da liberdade sob o capital tal como a concebe Marx. Tampouco podemos explorar todas as suas conseqüências para uma discussão acerca das migrações. É possível, porém, lembrar que Marx consagrou uma atenção considerável a mecanismos determinantes da mobilização de populações que estão além - ou, talvez, aquém - do mercado de compra e venda da força de trabalho. Com efeito, em sua descrição e análise do processo histórico da acumulação primitiva, confere extraordinária importância a mecanismos diretos de coerção, via de regra acionados pelo Estado. Pela violência foram os camponeses expropriados, desenraizados e lançados à vagabundagem e ao nomadismo; pela violência foram reduzidos à disciplina e encerrados no seu novo lar - a fábrica, os bairros operários da cidade industrial nascente.

"... houve, no final do século XV e durante todo o XVI, no oeste da Europa, uma sanguinária legislação contra a vagabundagem. Os pais da atual classe operária foram castigados por haverem sido reduzidos ao estado de pobres e vagabundos. A legislação os tratou como criminosos voluntários..." (Marx, 1972, p. 779).

Ou ainda:

"a população rural, violentamente expropriada e reduzida à vagabundagem, foi submetida à disciplina que exige o sistema assalariado por leis de um terrorismo grotesco, pelo açoite, pela marcação com ferro em brasa, pela tortura e escravidão" (Marx, 1971, t.3, p. 178).

Mas se na acumulação primitiva de Marx a violência direta do Estado assume papel protagonista, é para retirar-se progressivamente da cena graças ao próprio desenvolvimento capitalista:

"Com o progresso da produção capitalista, forma-se uma classe cada vez mais numerosa de trabalhadores que, graças à educação, à tradição, ao hábito, sofrem as

exigências do regime de forma tão espontânea quanto a sucessão das estações (...). No curso ordinário das coisas, o trabalhador pode ser abandonado à ação das leis naturais da sociedade, isto é, à dependência do capital, engendrada, garantida e perpetuada pelo mecanismo mesmo da produção" (Marx, 1971, t.3, p. 178).

Como se vê, mesmo em Marx, a violência e a coerção constituem elemento essencial da emergência histórica dos pressupostos da relação social capitalista, mas não de seu desenvolvimento *normal*.

Neoclássicos e estruturalistas mostram-se incapazes de identificar o lugar e o papel dos deslocamentos e localizações compulsórias no movimento normal do desenvolvimento capitalista. Em conseqüência, suas análises acabam por omitir dimensão essencial da dinâmica que subjaz a fluxos e localizações de populações. Embora por razões e caminhos diferentes, compartilham a impotência analítica diante de processos e conflitos que remetem, de maneira direta e imediata, a relações de poder, e, conseqüentemente, são irredutíveis tanto às motivações individuais, quanto às determinações (quase sempre econômicas) da estrutura.

Ora, é neste conjunto de processos e conflitos que encontramos homens e mulheres que, contra toda racionalidade e contra todas as estruturas, querem permanecer nos lugares de onde deveriam sair. É aí também que encontramos as pessoas e grupos que querem se deslocar em direção a lugares que lhes são proibidos. Deslocamentos compulsórios, restrições à circulação nos falam de um território que não é nem espaço abstrato da racionalidade, nem mera manifestação da estrutura; eles nos contam a história de um território que é lugar do conflito e do exercício do poder.

DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E FRONTEIRAS FECHADAS

As 10 milhões de pessoas anualmente deslocadas compulsoriamente pelos grandes projetos constituem argumento suficiente para indicar que estamos diante de uma problemática cuja dimensão e relevância ultrapassam de muito a mera que-

rela acadêmica ou o simples debate em torno a orientações teóricas e conceituais. Mas a estes números ainda teríamos que acrescentar aqueles referentes aos refugiados dos mais variados tipos. Neste caso, a fonte mais confiável é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR):

“O número total de pessoas que estão sob a proteção do ACNUR aumentou de 17 milhões em 1991, para 23 milhões em 1993, e para mais de 27 milhões em 1º de janeiro de 1995; uma em cada 205 pessoas neste planeta. Isto inclui refugiados e outras pessoas em situação similar, assim como repatriados e certos grupos de pessoas deslocadas dentro das fronteiras dos seus próprios países” (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1995, p. 2)⁷.

As vítimas da guerra do desenvolvimento e das guerras propriamente ditas representam, no entanto, apenas parcela do contingente incalculável de pessoas que hoje vêm se elevar restrições concretas a seu livre deslocamento e localização. No momento em que o pensamento neoliberal proclama o fim das fronteiras e a instauração de um único mundo (um único mercado), assiste-se à generalização de ações e medidas voltadas para restringir a livre circulação das pessoas.

Quantos mexicanos foram impedidos de entrar nos Estados Unidos ou de lá foram expulsos? Quantos turcos e norte-africanos foram impedidos de ingressar ou permanecer na Europa Ocidental? Eis números que não se pode nem mesmo estimar. É possível, porém, fazer-se uma idéia das crescentes restrições às imigrações através de dados de pesquisas feitas pela ONU junto aos governos membros acerca de suas políticas migratórias.

A Tabela I nos indica que, entre 1976 e 1989, triplicou o número de governos que julgam excessiva a imigração para seus países. Em 1989, nada menos de 1/5 dos governos manifestavam sua preocupação com o número excessivo de imigrantes.

A Tabela II nos fala de coisas mais concretas que preocupações: medidas concretas contra a imigração. No mesmo período quintuplicou o número de países com políticas abertamente voltadas para a redução da imigração: entre 1978 e 1989

quintuplicou o número de países com políticas com tal objetivo.

A evolução nos anos 90 aparece na última pesquisa da ONU a respeito das percepções e políticas governamentais sobre imigração, publicada em 1995. Aí encontramos a informação de que 30% (eram 20% em 1989) dos 127 governos que responderam ao questionário manifestavam grande preocupação com o peso dos estrangeiros na população do país. E nada menos de 83% manifestavam ter políticas ativas para interromper (73%) ou reduzir (10%) a entrada de não documentados. Mais de 50% dos governos responderam ter políticas para encorajar o repatriamento dos estrangeiros residentes (United Nations, 1995, p. 31).

É sabido que o fechamento de fronteiras

atinge mais amplamente os nacionais de países periféricos que buscam os países centrais; a prática de medidas restritivas, porém, espalha-se por todos os continentes. E não apenas nas fronteiras internacionais ...

É crescente, no Brasil, o número de prefeituras que vêm desenvolvendo políticas e ações concretas seja para impedir a entrada de migrantes no município, seja para expulsá-los - ou, se se preferir, induzi-los a seguir viagem ou retornar à origem. A revista Veja informa que, no Rio Grande do Sul, metade dos municípios fecham suas fronteiras (“A porta bate na cara da miséria”, Veja-Rio Grande do Sul, 17/02/1993). O prefeito de Novo Hamburgo reúne-se com o de São Leopoldo para discutir a implantação do Programa Fecha Fron-

TABELA I

Evolução das Percepções Governamentais acerca dos Níveis de Imigração - 1976/1989 (Porcentagem)					
Ano	Muito Baixo	Satisfatório	Muito Alto	Total	Nº de Países
1976	7,1	86,5	6,4	100,0	156
1978	8,3	86,6	5,1	100,0	158
1980	6,0	81,3	12,7	100,0	165
1983	6,6	74,4	19,0	100,0	168
1986	3,6	76,4	20,0	100,0	170
1989	3,5	75,9	20,6	100,0	170

Fonte: United Nations. Trends in population policy. New York, Department of International Economic and Social Affairs, 1989 (Population Studies, 114), p. 369.

TABELA II

Evolução das Políticas Governamentais Referentes aos Níveis de Imigração - 1976/1989 (Porcentagem)					
Ano	Elevar	Manter	Reduzir	Total	Nº de Países
1976	7,1	86,5	6,4	100,0	156
1978	6,3	83,6	10,1	100,0	158
1980	5,5	79,3	15,2	100,0	165
1983	5,4	77,9	16,7	100,0	168
1986	3,5	77,1	19,4	100,0	170
1989	4,7	63,7	31,8	100,0	170

Fonte: United Nations. Trends in population policy. New York, Department of International Economic and Social Affairs, 1989 (Population Studies, 114), p. 369.

teiras no Vale dos Sinos e informa a existência de cinco veículos da prefeitura que circulam nos locais de acesso para controlar a chegada de indesejáveis:

"Quando essas equipes encontram um caminhão de outro município carregado com objetos de mudança, procuram saber onde a família vai se instalar. Se as pessoas não têm moradia definida <...> são orientadas a retornar ao local de origem" (Correio do Povo, 18/02/1993 - o grifo é nosso).

No Triângulo Mineiro, no interior de São Paulo, no Paraná e Santa Catarina, há também, de forma aberta ou velada, ações voltadas para restringir o ingresso de migrantes. No Encontro Regional sobre Migrações, promovido pela prefeitura de Ribeirão Preto em 1993, membros da Pastoral Migratória e assistentes sociais denunciaram o comportamento de prefeituras que fornecem passagens ou utilizam um vagão cedido pela FEPASA, para redistribuir seus *indesejáveis* pela região. Há notícias de que também em cidades do Centro-Oeste se implantam políticas ativas de fechamento de fronteiras municipais

Os exemplos poderiam ser multiplicados, muito embora uma pesquisa mais abrangente a respeito ainda esteja por ser feita. O primeiro passo é romper com escape à verdadeira camisa de força que lhe foi imposta aos estudos migratórios pelas abordagens correntes - neoclássicas e estruturais - que abstraíram do campo da teoria e da pesquisa os processos de localização e deslocamento territoriais diretamente associados às relações de poder, à coação, à violência.

LIBERALISMO E LIBERDADE: OBSERVAÇÕES FINAIS

Vivemos uma conjuntura histórica em que parecem se afirmar de forma inconteste as *leis naturais* do mercado, as verdades absolutas da estrutura. Novas tecnologias, em particular a telemática, parecem ter reduzido a pó as distâncias e fronteiras, criando um espaço-tempo unificado e mundializado, igualmente por todos compartilhado em todos os confins do planeta. Nenhuma lei parece poder permanecer senão a lei do próprio capital: acumulação,

competição, produtividade.

Primeira de todas as leis: liberdade de circulação de capitais e mercadorias. Entre as elites dominantes, velhos e novos assessores intelectuais disputam o privilégio de reconstituir o cenário que permitiria à burguesia reviver os momentos heróicos em que se levantou contra as restrições feudais à liberdade individual e ao direito de ir e vir. Eles ecoam no final do século XX o grito de guerra do século XVIII: *Laissez faire, laissez passer* - deixar fazer, deixar passar (circular).

Neste mundo liberal da liberdade, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os refugiados e repatriados, os expulsos e clandestinos. Proibidos de ficar, confinados, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem de uma outra dupla dimensão da igualdade e da liberdade sob o capital: o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros. No centro dos dois mundos, organizando-os e regulando suas relações, os estados, e suas múltiplas agências, mais presentes que nunca.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a despolitização da economia pretendida pelos neoliberais está ancorada, de maneira profunda, na politização do território, transformado, mais que nunca, em espaço do poder e da coerção ... mas também espaço de resistência, onde se luta pelo direito de ficar e partir, ir e voltar.

** Carlos Vainer é Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ.*

NOTAS:

1 - Em sua estimativa Gaudemar incluiu desde os armênios e gregos foragidos da Turquia até os *piéds-noirs* repatriados da Argélia, passando pelos judeus e outras nacionalidades deslocadas durante a 2ª guerra mundial (Gaudemar, 1979, p. 9).

2 - O Banco Mundial, com seu vocabulário próprio cheio de eufemismos, chama os deslocamentos compulsórios de *reassentamentos involuntários - involuntary resettlements*.

3 - Retomamos aqui alguns elementos e passagens de nosso trabalho inédito - Questionando a questão migratória, 1984, mimeo -, elaborado no âmbito do projeto de pesquisa "Políticas Migratórias no Brasil", desenvolvido no IPPUR com apoio da FINEP, a quem o autor agradece.

4 - As formas de enunciar a visão posta em itálico no texto são as mais variadas possíveis. A título de exemplo, temos a seguinte: "A migração de população é considerada como o resultado do processo de decisão,

em função de expectativa de mudanças futuras e de comparação de diferentes utilidades, associadas a diferentes lugares". (Wolpert, apud. Silva, 1975, p. 132).

5 - Por razões de espaço, estamos aqui simplificando o argumento, embora seu núcleo essencial tenha sido respeitado. Cabe registrar, por outro lado, a existência de um certo número de autores que se contrapõem aos princípios do equilíbrio geral que informa o tipo de abordagem aqui apresentada. Introduzindo noções como espaço polarizado (Perroux, 1969) ou de causação circular cumulativa (Myrdal, 1965), recusam o postulado de que há um espaço equilibrado no início e no fim de tudo. Recusam, pois, que os fluxos migratórios, como propõe Faissol, "possam ser medidos em termos de adaptações homeopáticas, portanto, equilibradoras" (Faissol, 1975, p. 9). A discussão destes outros modelos escapa ao escopo deste trabalho.

6 - Apenas um exemplo da abordagem estrutural típica: "Compreende-se as migrações como um processo de articulação de áreas componentes de um mercado de trabalho espacialmente heterogêneo" (Becker et alii, 1979, p. 2)

7 - As 27,4 milhões de pessoas dependendo do ACNUR incluem: *refugiados* - "aqueles que fugiram do seu país de origem devido a perseguição ou guerra", *repatriados* - "ex-refugiados que retornaram do exílio para seus países" -, *personas deslocadas internamente* (PDI) que, excepcionalmente, são assistidas pelo ACNUR e *outras vítimas* - vítimas de conflitos assistidos também em caráter excepcional, como, por exemplo, a população de Sarajevo, Bósnia (Alto Comissariado da Nações Unidas para os Refugiados, junho/1995, p. 8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. (1995) *ACNUR em números*. Genebra, ACNUR.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. (1995) *ACNUR Informativo*. Genebra, ACNUR, junho.
- BECKER et alii. (1975) *Mobilidade da força de trabalho: principais dimensões sócio-econômicas e suas implicações na organização do espaço. Brasil 1950/1975*. Comunicação apresentada ao Vº Encontro Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. (1979) *La mobilisation générale*. Paris, Editions du Champ Urbain.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. (1976) *Mobilité du travail e accumulation du capital*. Paris, François Maspéro.
- MARX, Karl. (1971; 1972) *Le Capital, Critique de l'économie politique*. Paris, Editions Sociales.
- MYRDAL, Gunnar. (1965) *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 240p.
- ONU/DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. (1980) "Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU". In MOURA, Hélio A. de (coord.). *Migração interna. Textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ETENE, t. 1, p. 313-353.
- PERROUX, François. (1969) *L'économie du XX siècle*. Paris, Presses Universitaires de France.
- UNITED NATIONS. (1995) *Results of the Seventh United Nations Population Inquiry among Governments*. New York, Department for Economic and Social Information and Policy Analysis.
- WORLD BANK/ENVIRONMENT DEPARTMENT. (1994) *Resettlement and development. The bankwide review of projects involving involuntary resettlement 1986-1993. s.1., The World Bank Environment Department, 1994.*